

---

# ***GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas***

***Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021  
e relatório do auditor independente***



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Administradores  
GIFE - Grupo de Institutos,  
Fundações e Empresas

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras do GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e Entidade sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1).

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

---

#### **Valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 12 de maio de 2021, sem ressalvas.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e Entidade sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



GIFE - Grupo de Institutos,  
Fundações e Empresas

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.




GIFE - Grupo de Institutos,  
Fundações e Empresas

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de maio de 2022

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti  
Contador CRC 1SP172940/O-6

## GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

### Balço patrimonial exercícos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.850.534	4.053.971	Fornecedores	10	26.463	33.928
Recursos vinculados a projetos e convênios	5	1.964.336	748.982	Obrigações sociais e trabalhistas	11	304.952	434.637
Fundo Patrimonial	6	552.400	2.475.130	Impostos e contribuições retidos na fonte e a recolher	12	4.000	15.621
Outros créditos	7	949.014	1.484.398	Projetos vinculados a executar	13	2.768.666	4.125.720
Despesas antecipadas	8	<u>13.172</u>	<u>282.710</u>	Adiantamentos de associados	14	<u>1.531.049</u>	<u>1.117.192</u>
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>7.329.456</u>	<u>9.045.191</u>	<b>Total do passivo circulante</b>		<u>4.635.130</u>	<u>5.727.098</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>	16		
<b>Realizável a longo prazo</b>				Patrimônio social		3.994.133	3.773.525
Fundo Patrimonial	6	2.209.598	-	Superávit acumulado		<u>1.367.073</u>	<u>48.060</u>
Imobilizado	9	<u>457.282</u>	<u>503.492</u>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>5.361.206</u>	<u>3.821.585</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>2.666.880</u>	<u>503.492</u>				
<b>Total do ativo</b>		<u><b>9.996.336</b></u>	<u><b>9.548.683</b></u>	Total do passivo		<u><b>9.996.336</b></u>	<u><b>9.548.683</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Receitas operacionais</b>			
<b>Atividades</b>			
Contribuições associativas	18	3.443.300	3.078.605
Apoio Institucional	19.b	1.565.687	1.447.402
Receita de projetos e convênios - Restrito	19.a	1.361.352	1.998.726
Prestação de Serviços, líquido	19.b	2.390.615	13.880
Outras receitas operacionais		20.651	4.137
Trabalho voluntário	23	9.665	8.021
Receita Financeira	22	412.784	130.172
Total		<u>9.204.054</u>	<u>6.680.943</u>
<b>Custos</b>			
Custo com pessoal	20	(2.398.828)	(2.373.050)
Custos gerais com projetos e convênios	21	(3.492.375)	(2.711.451)
Trabalho voluntário	23	(8.535)	(6.012)
Custo tributário		(99.254)	(44.683)
Custo financeiro	22	<u>(2.691)</u>	<u>(311)</u>
Total dos custo		<u>(6.001.683)</u>	<u>(5.135.507)</u>
<b>Resultado Bruto</b>		<b>3.202.371</b>	<b>1.545.436</b>
<b>Despesas operacionais e administrativas</b>			
Despesas com pessoal	20	(965.569)	(741.301)
Despesas gerais com eventos	21	(755.949)	(659.614)
Despesas com depreciação		(47.772)	(61.171)
Trabalho voluntário	23	(1.130)	(2.009)
Despesas financeiras	22	<u>(59.761)</u>	<u>(31.641)</u>
<b>Total das despesas</b>		<b>(1.830.181)</b>	<b>(1.495.736)</b>
Outras receitas operacionais		<u>-</u>	<u>(1.640)</u>
Outras despesas operacionais		<u>(5.117)</u>	<u>-</u>
<b>Superávit do exercício</b>		<b><u>1.367.073</u></b>	<b><u>48.060</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em Reais)*

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Superávit do exercício</b>	1.367.073	48.060
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>1.367.073</u></u>	<u><u>48.060</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em Reais)*

	<b>Patrimônio social</b>	<b>Superávit/(déficit) acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>3.844.114</b>	<b>(70.589)</b>	<b>3.773.525</b>
Incorporação do superávit acumulado	(70.589)	70.589	-
Resultado do exercício	-	48.060	48.060
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>3.773.525</b>	<b>48.060</b>	<b>3.821.585</b>
Incorporação do déficit acumulado	48.060	(48.060)	-
Aporte realizado	172.548		172.548
Resultado do exercício	-	1.367.073	1.367.073
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.994.133</b>	<b>1.367.073</b>	<b>5.361.206</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado do exercício</b>	1.367.073	48.060
Ajustes por:		
Depreciação	47.772	61.171
Baixa de ativo imobilizado	-	1.640
Aporte para Fundo Patrimonial	172.548	
<b>Varição nos ativos e passivos</b>		
<b>Redução / (aumento) nos ativos em</b>		
Recursos vinculados a projetos	(1.215.354)	(1.470.425)
Outros créditos	535.384	(1.163.446)
Despesas antecipadas	269.538	(148.009)
<b>(Redução) / Aumento nos passivos em</b>		
Projetos vinculados a executar	(1.357.054)	2.118.370
Obrigações fiscais a recolher	(11.621)	4.708
Fornecedores e outras contas a pagar	(7.465)	(46.398)
Obrigações sociais e trabalhistas	(129.685)	(89.287)
Adiantamento de associados	413.857	36.026
<b>Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais</b>	<u>84.993</u>	<u>(647.590)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	(1.562)	(200.047)
Outros investimentos	(286.868)	(23.364)
<b>Fluxo de caixa utilizados nas atividades de investimento</b>	<u>(288.430)</u>	<u>(223.411)</u>
<b>(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(203.437)</b></u>	<u><b>(871.001)</b></u>
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	4.053.971	4.924.972
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	<u>3.850.534</u>	<u>4.053.971</u>
	<u><b>(203.437)</b></u>	<u><b>(871.001)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em Reais)

## 1 Contexto Operacional

O GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (“GIFE” ou “Entidade”), constituído em 26 de maio de 1995, é uma associação civil sem fins lucrativos, que reúne organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, as quais investem em projetos com finalidade pública. Sua missão é aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum, contribuindo assim para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica dos investidores sociais privados.

Os recursos financeiros para manter a estrutura e atividades da organização advém fundamentalmente das contribuições recebidas de associados, do resultado gerado pelos seus ativos financeiros, dos recursos financeiros captados por meio de doações e patrocínios com fundações e outras organizações, além de receitas da pesquisa organizacional e de inscrições de eventos.

### COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) se tratava de uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Administração mantém avaliação constante o impacto da pandemia nas operações e na posição patrimonial e financeira da Entidade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Implementação da medida temporária de *home office* para todos os colaboradores da organização, sem impacto relevante para os cronogramas das iniciativas em andamento.
- Conversão de todas as reuniões e eventos promovidos ao formato híbrido.

A Entidade não identificou nenhum evento que pudesse indicar indícios de *impairment* e/ou de não realização de seus ativos.

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras

### a. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 10 de maio de 2022.

Detalhes sobre as políticas da Entidade estão apresentadas na nota explicativa 3.

**b. Base de Mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis, durante a revisão dos controles internos de monitoramento e avaliação dos processos de análise das demonstrações, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para atender a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, conforme nossa Política de critérios para classificação de receitas, custos e despesas na gestão financeira do GIFE.

**e. Alteração na gestão financeira, contábil e sistema integrado**

Devido à mudança administrativa, de assessoria contábil, a entidade decidiu alterar a forma de apresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2020 nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, mantendo assim a possibilidade de termos as demonstrações financeiras comparativas.

Tal mudança na forma de demonstrar não alterou o saldo dos ativos, passivos, receitas e despesas, sendo os efeitos desta reclassificação para os saldos comparativos, evidenciados abaixo:

	<b>Anteriormente classificado 2020</b>	<b>Reclassificações</b>	<b>Atualmente classificado 2020</b>
<b>Ativo</b>			
Caixa e caixa equivalentes	2.191.307	1.862.664	4.053.971
Vinculados	2.611.646	(1.862.664)	748.982
<b>Passivo</b>			
Obrigações sociais e trabalhistas	387.128	(47.509)	434.637
Impostos e contribuições retidos na fonte	63.129	47.508	15.621
Projetos vinculados a executar	4.125.721	1	4.125.720
<b>Resultado</b>			
Apoio Institucional	-	1.447.402	1.447.402
Receita de projetos e convênios - Restrito	3.434.120	(1.435.394)	1.998.726

Receita de eventos - Restrito	25.887	(25.887)	-
Prestação de Serviços, líquido	-	13.880	13.880
Despesa financeira	(31.640)	(1)	(31.641)
Despesas com pessoal	(3.114.351)	2.373.050	(741.301)
Custo com pessoal	-	(2.373.050)	(2.373.050)
Despesas Trabalho Voluntário	(8.021)	6.012	(2.009)
Custo Trabalho Voluntário	-	(6.012)	(6.012)
Despesas gerais com eventos - congresso e mostra GIFE de inovação social	(550.887)	(108.727)	(659.614)
Despesas gerais com projetos e convênios	(2.205.560)	2.205.560	-
Custos gerais com projetos e convênios	-	(2.711.451)	(2.711.451)
Despesas gerais e administrativas	(661.254)	661.254	-
Despesas com depreciação	(61.169)	(2)	(61.171)
Outras receitas	-	(1.640)	(1.640)
Custo tributário	-	(44.683)	(44.683)
Custo Financeiro	-	(311)	(311)

### ***Mensuração do valor justo***

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração de valor justo, para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Entidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação.

- **Nível 1** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível 2** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico ou similar em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível 3** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

A Entidade reconhece as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 24.

### **3 Principais Políticas Contábeis**

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### **a. Instrumentos financeiros**

##### **(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

##### **(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

##### *Empréstimos e Recebíveis*

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

##### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras possuem risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Essas aplicações são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

##### *Recursos vinculados a projetos e convênios*

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos e convênios para fazer frente às obrigações desses projetos e convênios.

**(iii) Passivos financeiros não derivativos**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos:

- Fornecedores
- Projetos vinculados a executar
- Adiantamento de associados.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**(iv) Instrumentos financeiros derivativos**

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2021 e 2020, incluindo operações de *hedge*.

**b. Imobilizado**

**Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Abaixo vidas úteis estimadas do ativo imobilizado da seguinte forma:

Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Imóveis	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**c. Intangível**

O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (*software*), que são amortizados usando-se método linear com vida útil estimada de 5 anos.

**d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

***Ativos financeiros***

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de balanço para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

**e. Provisões e passivo circulante**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O passivo circulante é demonstrado pelo valor e conhecido ou calculável acrescido, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

**f. Demais ativos circulantes e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

**g. Patrimônio líquido**

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

**h. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As contribuições associativas são reconhecidas no resultado do ano a que se referem.

**(i) Contribuições**

As receitas de contribuições são reconhecidas contabilmente de acordo com os contratos firmados com financiadores adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados e as despesas incorridas.

**(ii) Donativos**

As doações para financiar os custos da Entidade são reconhecidas no resultado do exercício para o qual o recurso foi destinado pelo associado. Os valores recebidos por doações e empregados nos projetos são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e a crédito de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorre o empenho dos valores recebidos de terceiros em convênio e as despesas são reconhecidas, no mesmo momento as receitas com convênio são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida ao débito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.

**(iii) Gratuitades**

As receitas com gratuidades são reconhecidas contabilmente de acordo com o benefício de desconto firmado entre os fornecedores ou prestadores de serviços e a Entidade, adotando o critério de competência.

**(iv) Voluntariado**

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

**i. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

**j. Gerenciamento de risco financeiro**

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 25.



## 4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e as aplicações financeiras são constituídas conforme abaixo:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Caixa e banco conta movimento	9.377	9.268
Certificado de depósitos bancários / Cotas de fundo de investimento (a)	3.841.157	4.044.703
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.850.534</b>	<b>4.053.971</b>

- (a) Estão substancialmente compostas por aplicações em cotas de fundos de investimentos renda fixa de curto prazo, administrados pelos bancos Itaú Unibanco S/A e Banco Bradesco S/A, com variação das taxas de juros pós-fixadas (Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI) e Certificado de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas, em 2021 a taxa de 97,5% a 100% do CDI e em 2020, a taxa de 80% a 97,5% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 5 Recursos vinculados a projetos e convênios

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Banco conta movimento	-	10
Cotas de fundos de investimentos	-	82.519
Aplicações financeiras - recursos com projetos e convênios (a)	1.964.336	666.453
	<b>1.964.336</b>	<b>748.982</b>

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos de parceiros que serão utilizados exclusivamente nos projetos a que estão vinculados.

- (a) As aplicações financeiras referem-se a títulos em renda fixa representados por Certificados de Depósitos Bancários-CDBs, remuneradas, em 2021 a taxa de 97,5% a 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e em 2020 a taxa de 80% a 97,5% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 6 Fundo Patrimonial

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
CDB DI	2.761.998	2.475.130
	<b>2.761.998</b>	<b>2.475.130</b>

Conforme definido no Estatuto, o GIFE constituiu um fundo patrimonial destinado a assegurar a perpetuidade da Entidade, sendo gerido de forma independente em relação ao custeio das operações ordinárias. O Fundo não poderá ser destinado a cobrir despesas ordinárias de custeio, salvo se precedido de autorização do Conselho de Governança que, todavia, não poderá autorizar o uso superior a 20% dos seus recursos no mesmo mandato.

O Fundo Patrimonial foi formado por contribuições específicas de associados e totalizava, em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 2.761.998 (R\$ 2.475.130 em 2020). Em 2021 e 2020 é composto por Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e liquidez diária junto ao Banco Bradesco S.A., remuneradas a 97,5% a 100%.

## 7 Outros créditos

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Adiantamento de salários	-	11.945
Impostos a recuperar	507	5.202
Plataforma de recebimentos	3.347	-
Contas a Receber	945.160	1.467.251
	<b>949.014</b>	<b>1.484.398</b>

## 8 Despesas antecipadas

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Contratos de Serviços	-	269.595
Seguros a Vencer	2.503	2.623
Outras Despesas Antecipadas	10.669	10.492
	<b>13.172</b>	<b>282.710</b>

## 9 Imobilizado

	<b>Imobilizado Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Máquinas e Equipamentos	37.761	(14.696)	23.065	22.348
Móveis e Utensílios	263.036	(134.049)	128.987	145.029
Instalações	364.110	(231.427)	132.683	72.440
Instalações Telefônicas	20.211	(19.129)	1.082	1.264
Imóveis	419.085	(267.538)	151.547	224.577
Computadores e periféricos	231.921	(212.003)	19.918	37.834
	<b>1.336.124</b>	<b>(878.842)</b>	<b>457.282</b>	<b>503.492</b>

<b>Movimentação do Imobilizado - Custo</b>	<b>2020</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferencia</b>	<b>2021</b>
Máquinas e Equipamentos	34.705	1.562	1.494	37.761
Móveis e Utensílios	263.036	-	-	263.036
Instalações	280.623	-	83.487	364.110
Instalações Telefônicas	20.211	-	-	20.211
Imóveis	504.066	-	84.981	419.085
Computadores e periféricos	231.921	-	-	231.921
	<b>1.334.562</b>	<b>1.562</b>	<b>-</b>	<b>1.336.124</b>

<b>Movimentação do Imobilizado- Depreciação Acumulada</b>	<b>2020</b>	<b>Adições/Transferências*</b>	<b>2021</b>
Máquinas e Equipamentos	12.357	2.339	14.696
Móveis e Utensílios	118.007	16.042	134.049
Instalações	208.182	23.244	231.426
Instalações Telefônicas	18.948	182	19.130
Imóveis	279.489	(11.951)	267.538
Computadores e periféricos	194.087	17.916	212.003
	<b>831.070</b>	<b>47.772</b>	<b>878.842</b>

\* A coluna de Adições/Transferências referente a depreciação acumulada inclui ajuste relacionado a reavaliação da vida útil da depreciação para as linhas máquinas e equipamentos, instalações telefônicas e imóveis, as quais tiveram efeito em 2021 no saldo de depreciações acumuladas.

## 10 Fornecedores

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Contas a pagar	19.281	26.802
Cartão de crédito	7.182	7.126
	<b>26.463</b>	<b>33.928</b>

Em 2021, o valor é composto pela provisão de fornecedores em dezembro/2021 pagos em janeiro de 2022, sendo ligados a atividades da operação administrativa e de infraestrutura da organização.

## 11 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Inss a recolher	88.137	49.215
Fgts a recolher	-	17.727
Imposto de renda clt	2.606	43.408
Pis sobre folha	470	2.216
Provisão de férias	158.913	239.458
Encargos sobre férias	54.826	82.613
	<b>304.952</b>	<b>434.637</b>

## 12 Impostos e Contribuições retidos na fonte e a recolher

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Iss sobre faturamento	-	9.347
Impostos Retidos de Terceiros	-	6.274
Itcmd	4.000	-
	<b>4.000</b>	<b>15.621</b>

A partir de 1º de julho de 2015, com vigência do Decreto nº 8426/2015, às pessoas jurídicas tributadas com base no regime não cumulativo deverão apurar a contribuição para PIS/PASEP e a COFINS pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. Contudo, em consulta à sua assessoria jurídica, a Entidade entendeu que não deve recolher COFINS sobre suas Receitas Financeiras, ao enquadrar entidades como o GIFE entre as sujeitas ao regime cumulativo da COFINS, permite que suas receitas financeiras não se enquadrem no conceito de receita tributável aplicável a COFINS, pois não estão sujeitas às regras do Decreto 8.426/2015, aplicáveis apenas às pessoas jurídicas sujeitas ao regime não cumulativo da COFINS.

A partir do segundo semestre de 2021, foi adotado pela Administração o pagamento dos impostos, como também dos prestadores de serviços e compras, dentro da competência. Por este motivo os valores de 2021 encontram-se menores ou zerados.

## 13 Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os projetos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade bem como os montantes utilizados na execução dos convênios (aplicados).

### Movimentação dos recursos vinculados à projetos

Projeto / Evento	Saldos em 31/12/2020	Valores recebidos	Recurso aplicado	Saldos em 31/12/2021
Seminario Avaliação	-	840.000	159.600	680.400
Patrocínio Mostra	-	372.375	-	372.375
Rede de Leitura	262.344	106.700	178.540	190.504
Projeto de Avaliação	81.711	337.850	244.145	175.416
Sociedade Viva	-	219.394	69.700	149.694
Equidade Racial	110.720	140.000	118.592	132.128
Projeto ISP Por	122.664	99.042	130.735	90.971
Movimento por uma Cultura de Doação	28.294	165.000	131.204	62.090
Garantia de Direito a Criança e Adolescente	-	300.000	240.000	60.000
Promoção Grantmaking	31.248	-	11.715	19.533
Rede Narrativas	12.275	-	270	12.005
Redes Tematicas	20.110	7.500	16.995	10.615
Fundo BIS	79.616	32.800	103.811	8.605
Emergencia Covid-19	-	354.530	354.530	-
<b>Total dos Projetos</b>	<b>748.982</b>	<b>2.975.191</b>	<b>1.759.837</b>	<b>1.964.336</b>
Apoio Institucional	981.356	2.003.133	2.180.159	804.330
Patrocínio de Projetos	2.164.230	25.000	2.189.230	-
Inscrição de Eventos	231.152	2.100	233.252	-
<b>Outros recursos Vinculados</b>	<b>3.376.738</b>	<b>2.030.233</b>	<b>4.602.641</b>	<b>804.330</b>
<b>Total Vinculado</b>	<b>4.125.720</b>	<b>5.005.424</b>	<b>6.362.478</b>	<b>2.768.666</b>

- **Valores recebidos** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para a realização dos projetos e/ou eventos.
- **Recurso aplicado** - referem-se às receitas consumidas pelos projetos e/ou eventos ao longo do exercício social.

## 14 Adiantamento de Associados

	2021	2020
Contribuição de Associados	1.531.049	1.117.192
	<u>1.531.049</u>	<u>1.117.192</u>

Em 2021 e 2020, parte dos associados da Entidade optou pelo pagamento antecipado de suas contribuições associativas anuais, gerando os saldos supracitados.

## **15 Provisão para Contingências**

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível.

A Entidade não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista, cível ou fiscal, que devam estar registrados ou divulgados nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

## **16 Patrimônio Líquido**

Representa o patrimônio líquido inicial da Entidade, reduzido dos déficits ou acrescido dos superávits apurados anualmente desde a data de sua constituição.

Em caso de dissolução, qualificada nos termos da Lei 9.790, de 23 de março de 1999, o patrimônio líquido da Entidade deverá necessariamente ser destinado a outra instituição qualificada nos termos da mesma lei, preferencialmente com o mesmo objeto social.

## **17 Renúncia fiscal**

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
- COFINS sobre as receitas próprias

Sobre as receitas da Entidade provenientes de Contribuições Associativas, patrocínios e apoio institucional, não incidirá ISS, por não se tratar de prestação de serviços. O PIS é devido e recolhido na modalidade sobre a folha de pagamento na alíquota de 1%. O ISS é devido e recolhido sobre receitas provenientes de cursos e pesquisa organizacional. Desta forma os impostos de renúncia serão: COFINS de 7,6% sobre as receitas de atividades e IRPJ e CSLL de 34% sobre o superávit do exercício, quando aplicável.

A Entidade não tem obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

As declarações de isenção de imposto de renda, às quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão pelas Autoridades Fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário- trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais, também estão sujeitos à revisão por Autoridades Fiscais, normativas e órgãos fiscalizadores.

## 18 Contribuições de Associados

Os valores das contribuições anuais dos associados ao GIFE são calculados de acordo com a Política de Contribuição Associativa, apresentada na Assembleia Geral Anual do GIFE de 2015, com valores atualizados anualmente e divulgados aos associados por e-mail e no website da organização.

Os valores das contribuições de associados, no exercício de 2021, alcançaram o saldo de R\$ 3.443.300 (R\$ 3.078.605 em 2020).

## 19 Receitas de Atividades - Receita de projetos e convênios e eventos

As receitas de atividades são compostas, substancialmente, pelas receitas de apoios institucionais, e de doações e patrocínios a projetos especiais e aos eventos Congresso GIFE (somente nos anos pares) e Mostra GIFE de Inovação Social (somente em anos ímpares), além de outras doações.

### (a) Natureza dos projetos e convênios - Restrito

	2021	2020
Avaliação	193.467	387.525
Garantia de Direitos Criança e Adolescente	192.000	-
LEQT	166.540	243.229
Sociedade Viva	128.800	-
MCD	121.790	79.986
ISP POR	118.735	133.657
Fundo BIS	103.729	-
Eq. Racial	90.592	27.680
Seminário Avaliação	33.600	-
Congresso	25.120	-
Pesquisa Organizacional	20.000	-
Juventude	13.965	-
Grantmaking	11.715	130.168
Narrativas	270	16.685
Subvenção e patrocínio Projeto	-	644.511
Sustentabilidade Econômica das OSCs	-	12.000
RT Negócios de Impacto	-	87.399
Base	-	25.886
Apoio Institucional	-	210.000
Covid19	141.029	-
	<hr/>	<hr/>
	1.361.352	1.998.726

**(b) Natureza das prestações de serviços – Líquido**

	2021	2020
Pesquisa Organizacional	91.950	15.000
Patrocínio Congresso	2.114.355	-
Inscrições Congresso	249.335	-
Outros Eventos	300	-
Iss s/Serviços	(65.325)	(1.120)
	<hr/> 2.390.615	<hr/> 13.880

***Congresso GIFE***

Em razão da pandemia de Covid-19, a 11ª edição do Congresso GIFE – que teve como tema Fronteiras para a Ação Coletiva – adotou o formato remoto com uma programação ampliada, que teve início em agosto de 2020, com a Semana do Investimento Social, e se estendeu até março de 2021, com um evento online de três dias. A programação contou com: a) Lives reunindo vozes inspiradoras sobre temas centrais e prementes dos nossos desafios comuns. b) Oficinas Temáticas Colaborativas – abordando agendas estratégicas que mobilizam a nossa rede e compõem a pauta das reflexões e ações cotidianas. A partir da construção coletiva realizada ao longo dos 3 dias, foi produzido um documento com diretrizes e prioridades para inspirar a nossa atuação nos próximos anos. Nos encontros virtuais promovemos interação e troca entre atores do investimento social e da filantropia, do setor público e de organizações da sociedade civil (OSCs), que puderam compartilhar visões acerca dos principais temas, desafios e oportunidades que se projetam para o próximo ciclo de atuação do setor. Com um trilha formativo inovador, o 11º Congresso GIFE promoveu encontros, articulações e oficinas durante 8 meses. Foram mais de 72 atividades, 220 palestrantes e 2.500 participantes únicos.

***Mostra GIFE de Inovação Social***

A 1ª Mostra GIFE de Inovação Social, realizada no Centro Cultural de São Paulo, buscou iluminar a multiplicidade de contribuições geradas ou impulsionadas pela filantropia, pelo investimento social privado e pela sociedade civil no país. A Mostra reuniu experiências, aprendizados e práticas de ação que se somam ao repertório de soluções para os desafios sociais e ambientais, onde mais de 300 pessoas participaram de encontros de fazedores, oficinas de cocriação, rodas de ideias, panoramas e conversas. A exposição foi financiada por recurso de apoiadores institucionais, e doações e patrocínios específicos.

Abaixo destacamos os demais projetos desenvolvidos pelo GIFE em 2021:



### **Sustentabilidade Econômica de OSCs**

O projeto Sustentabilidade Econômica da Sociedade Civil visa construir um ambiente legal, jurídico e institucional saudável para a atuação destas instituições. Tem como objetivo principal incidir no fortalecimento da capacidade institucional da sociedade civil por meio da produção de conhecimento e alterações normativas e regulatórias que ampliem as condições para a sua sustentabilidade política e econômica. Articula-se em torno das seguintes frentes de atuação: produção de conhecimento, comunicação, articulação e incidência. Em 2021, aconteceram 6 encontros do Grupo de Estudos, nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro, com os temas: tributação de doações estrangeiras; Projeto de Lei de Fundos Filantrópicos Emergenciais (PL 4.450/2019); proposta da reforma tributária (PL 2.337/2021) e os impactos nas doações incentivadas; proposta de resolução que simplifica alguns procedimentos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para entidades sem fins lucrativos; e imunidade tributária e certificação de organizações beneficentes (Projeto de Lei Complementar nº 134/2019). O projeto ainda dedicou-se a apresentação de contribuições na consulta pública realizada pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) sobre resolução que simplifica a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) para organizações sem fins lucrativos, startups, micro e pequenas empresas; e a construção de carta reforçando a importância do debate sobre a reforma tributária incluir o tema das doações incentivadas e de mecanismos de financiamento a projetos de interesse público, de forma a estimular e fortalecer a solidariedade.

### **Apoio Institucional e Atividades Regulares**

Desde 2019, passamos a contar com um conjunto de apoiadores institucionais, contribuindo para a sustentabilidade financeira do GIFE e com suas atividades regulares, voltadas a lastrear o cotidiano de trabalho compartilhado na rede de associados e parceiros em favor do fortalecimento da filantropia e do investimento social privado no Brasil. Os apoiadores institucionais são associados que adicionam à contribuição associativa anual um aporte extraordinário ao longo de 3 anos. Esse apoio permite a manutenção das ações contínuas do GIFE no cumprimento da sua missão – na promoção de um ambiente aprimorado para o setor no país, no fomento do engajamento de novos atores no campo, na produção e difusão de conhecimentos e práticas de ação, no suporte à cooperação e articulação de esforços, e assim por diante.

O saldo de receitas de apoio institucional totalizaram R\$ 1.565.687 em 2021 e R\$ 1.447.402 em 2020.

### **O que o Investimento Social Privado pode fazer por...?**

O projeto “O que o ISP pode fazer por...?” traz para o debate oito temas urgentes e relevantes da agenda pública nos quais a atuação do Investimento Social Privado (ISP) se dá de forma ainda tímida. Seu objetivo é promover a diversificação e expansão do campo, dada a amplitude de desafios que temos hoje como sociedade. O projeto contempla um trabalho de pesquisa de conteúdo, escuta de atores referência nos temas e debates junto a

interlocutores das mais diversas esferas (poder público, academia, organizações da sociedade civil, investimento social privado, entre outras) a partir da realização de workshops. O resultado dessa etapa resulta na produção de um vídeo e um guia retratando possibilidades de atuação do ISP em cada tema focado. Os últimos anos foram marcados por uma crescente atuação social da sociedade civil e das empresas que vêm buscando ampliar o seu impacto por meio de ações filantrópicas e de investimento social privado. O GIFE incentiva a participação de novos atores no campo da ação pública, promovendo a colaboração entre as organizações, produzindo e difundindo conhecimento a partir de pesquisas, análises e debates, e buscando referências inovadoras para o constante aprimoramento e evolução do setor. Nesse sentido, promoveu 3 Oficinas ISP, entre setembro e novembro, com objetivo de fomentar o conhecimento e a troca de informações dentro do campo. Foram debatidas a atuação, o histórico, os desafios e as oportunidades da filantropia e do investimento social privado no Brasil, além de termos compartilhado as experiências de investidores e organizações; e dialogado sobre o papel das empresas e organizações no fortalecimento da atuação social brasileira. No início de 2021, o GIFE lançou a publicação **Filantropia Colaborativa**, com o objetivo de dialogar com o crescente movimento da ação colaborativa, apresentar um panorama dos diferentes processos e formatos e apontar caminhos para a qualificação deste modo de fazer filantropia. Para dar continuidade a este debate, o GIFE promoveu um ciclo de oficinas sobre práticas de filantropia colaborativa no mundo que debateu: **Filantropia colaborativa em mudanças climáticas. Filantropia colaborativa na defesa dos direitos das mulheres.** Voltado a lideranças de organizações de filantropia e investimento social, o ciclo buscou atualizar visões e estratégias comuns para a atuação do setor em favor da preservação e do fortalecimento da vida democrática no país nas suas múltiplas dimensões. Construído a partir das ações conduzidas pelo GIFE nos últimos anos, por meio da constituição do Grupo Democracia e da elaboração do guia **ISP Por Democracia**, lançado em junho de 2021, a iniciativa contou com 3 encontros: em outubro, novembro e dezembro de 2021, mapeando em conjunto o panorama da atuação do setor em face da agenda, as prioridades para o aprofundamento dela no contexto do país e as oportunidades de colaboração para endereçar essas demandas em 2022 e nos próximos anos.

### **Agenda de Avaliação**

A Agenda de Avaliação tem como objetivo fomentar a cultura avaliativa entre os associados do GIFE, por meio da qualificação e da disseminação das práticas de monitoramento e avaliação no setor do investimento social privado e das organizações da sociedade civil. Além de conteúdo formativo e reflexivo, também estão reunidas na plataforma de mesmo nome informações sobre cursos e eventos, oportunidades e notícias alinhados com a temática. A iniciativa é liderada e apoiada por um grupo coordenador composto por Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho, Itaú Social e Laudes Foundation.

### **Redes Temáticas e Regionais**

As redes temáticas são ambientes de diálogo propostos e coordenados pelos associados GIFE, que realizam o aprofundamento de temáticas específicas do investimento social, a partir de sua atuação naquelas temáticas. O GIFE acompanha e mobiliza estas redes temáticas, fomentando debates, conexão e integração com outras organizações e assuntos estratégicos, criando oportunidades para ampliar e fortalecer as redes e suas conexões, estimulando a autonomia, diversidade e inovação, mas acima de tudo um espaço de troca entre os atores que participam de cada rede. Em 2018, mantiveram-se ativas dez diferentes redes temáticas. Em 2019, foram ativadas duas redes temáticas adicionais. Em 2020, foram acrescidas mais três redes. Em 2021, as Redes ativas foram: RIS Interior Paulista, RIS Mato Grosso, RIS Nordeste, RT Equidade Racial, RT de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente, RT Gestão e Políticas Públicas, RT Gestão Institucional, RT Grantmaking, RT Juventudes, RT Leitura e Escrita de Qualidade para Todos, RT Negócio de Impacto, RT Saúde e RIS Distrito Federal.

### **Pesquisa Organizacional**

Em 2021 foi realizada a 2ª Edição da Pesquisa Organizacional que, desde 2019, é ofertada a todos os associados/as e compõe nosso conjunto de pesquisas censitárias, junto ao Censo GIFE. Bianual, a pesquisa tem como foco mapear as principais práticas de gestão de pessoas e equipes, a estrutura de cargos, salários e benefícios de cada organização, com o objetivo de fornecer dados, relatórios e análises que possam balizar os processos internos de aprimoramento da gestão.

### **Mosaico**

Mosaico repositório de informações e dados sobre investimento social, filantropia e organizações da sociedade civil criado para oferecer uma experiência dinâmica de acesso a conhecimento que possibilite gerar e adensar reflexões e análises sobre estratégias, forma de atuação e estrutura do investimento social no país.

### **Base Online**

Ferramenta digital de acesso público que disponibiliza informações e dados sobre os projetos e programas dos investidores sociais em forma de listas, tabelas e, gráficos, além de apresentar as iniciativas mapeadas pelo território nacional e detalhadas em um perfil individual. A Base busca facilitar parcerias, conexões e coinvestimento entre investidores sociais, auxiliar as organizações em seus processos de tomada de decisão e dar visibilidade a suas ações e a cases do campo.

### **Publicação Temas ISP**

O quarto volume da série Temas do Investimento Social produzida pelo GIFE, busca compreender os efeitos observados no curto prazo e a resposta imediata do campo da filantropia e do investimento social privado (ISP) à emergência desencadeada pela pandemia da Covid-19, bem como captar percepções sobre os possíveis efeitos de médio e longo prazo para o setor. A pesquisa procurou mapear e sistematizar o panorama da atuação do ISP no decorrer de 2020 e analisar as reflexões que estiveram mais presentes,

as oportunidades que se abriram e os desafios que se colocaram ou se aprofundaram a partir da mudança de contexto imposto pelo vírus, com foco nos aprendizados do primeiro ano da pandemia e tendências que podem permanecer no pós-2020.

### **Rede Narrativas**

O Rede Narrativas é uma rede de comunicadores que trabalha para fortalecer a comunicação de causas de interesse social. A rede tem como objetivos aproximar e conectar profissionais de comunicação de causas, promover a troca de informações e experiências e desenvolver a comunicação como área estratégica nas organizações da sociedade civil. Em 2021, o grupo dedicou-se a renovar seu Comitê Gestor que agora é composto por Andréia Coutinho Louback, Christiane Sampaio, Lucas Barbosa, Marcelo Douek, Natália Passafaro, Renata Saavedra, Roberta Tasselli, Rosa Maria Mattos e Sandra Mara Costa; implementar o novo instrumento de Governança desenvolvido para a rede, bem como seu Plano Estratégico.

### **Censo GIFE**

Produzido a cada dois anos desde 2001, o Censo GIFE é uma pesquisa bienal quantitativa, autodeclaratória e voluntária, que fornece um panorama sobre recursos, estrutura, formas de atuação e estratégias das empresas e dos institutos e fundações empresariais, familiares e independentes que destinam recursos privados para projetos de finalidade pública. A partir dos dados das instituições associadas, o Censo tem o intuito de contribuir com o planejamento, estruturação e qualificação da atuação dos investidores sociais. Nesta edição, 131 organizações responderam ao levantamento que é considerado um dos principais estudos do setor. A 10ª edição do Censo GIFE, lançada no final de 2021, contou com a participação de 131 organizações. Realizado desde 2001, o levantamento é considerado um dos principais estudos do setor e fornece um panorama sobre recursos, estruturas, formas, agendas e estratégias de empresas, institutos e fundações associadas ao GIFE.

### **SINAPSE**

A SINAPSE é a biblioteca virtual do investimento social, que reúne publicações relevantes, nacionais e internacionais, sobre investimento social privado, terceiro setor e temas de interesse para o campo. O GIFE entende que o acesso a dados e informações de qualidade é fundamental para que os investidores sociais se tornem melhores agentes de transformação e para que o investimento social seja fortalecido, ampliado e diversificado. Nesse sentido, a Sinapse foi criada para possibilitar o acesso gratuito e ilimitado ao material produzido pelo campo e sobre o campo e, assim, promover o compartilhamento de conhecimento entre investidores sociais, outros atores da sociedade civil e academia. A SINAPSE é atualizada constantemente a partir das publicações produzidas pelo GIFE, por seus associados, parceiros e pela academia. É desejável que a Sinapse seja construída coletivamente, garantindo a abrangência de enfoques e a qualidade e coerência do conjunto de publicações, a partir da curadoria qualificada do GIFE.

## **Emergência Covid-19 - Sociedade Viva**

O projeto Emergência Covid-19 – Coordenação de ações da filantropia e do investimento social em resposta à crise ocasionada pelo coronavírus é uma iniciativa do GIFE para contribuir com a articulação e a colaboração entre as organizações de filantropia que atuam para responder aos desafios impostos pela pandemia de forma mais efetiva e com o maior impacto positivo possível. Em nosso site é possível identificar ações de cunho financeiros, humanos, conhecimento, ferramentas, capital social, base de apoio, redes e uma conexão valiosa com a sociedade civil organizada. Incentivamos, dessa forma, a capacidade de nossa sociedade de colaboração e cooperação em um momento histórico para a humanidade. Já o Grupo de Articulação Emergência se reúne virtualmente, desde 2020, a fim de contribuir com o mapeamento amplo de ações do campo e de convergir e inspirar outras iniciativas, bem como apontar caminhos para o direcionamento de recursos. Em 2021 aconteceram 9 encontros do grupo, nos meses de março, maio, julho, agosto, setembro, outubro e novembro. Em 2021, junto com o Emergência Covid-19 – Coordenação de ações da filantropia e do investimento social em resposta à crise, foi desenvolvida uma série de reportagens no redeGIFE que retratou os aprendizados reunidos em cada um dos estudos. a) Livro reúne experiências e aprendizados da filantropia e do investimento social na pandemia. b) O que a Pandemia nos Contou sobre Doar. c) Uso de Dados do Setor Social: Aprendizados na Pandemia e Caminhos para a Interoperabilidade. d) O papel e o protagonismo da sociedade civil no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil. e) Transparência e prestação de contas ainda são desafios para doadores e organizações, aponta estudo. f) Filantropia Corporativa no Brasil: Uma Análise das Doações Empresariais em Meio à Pandemia da Covid-19. g) Tecido social comunitário foi fundamental para elaboração de soluções de combate à pandemia nos territórios

## **Artigos GIFE**

A publicação seriada traz reflexões e análises de pesquisadores brasileiros de diferentes áreas do saber com o objetivo de estimular, ampliar e disseminar a produção de conhecimento qualificado sobre o campo. Em 2021, cinco volumes foram lançados: 1) Categorias e fatores de motivação para o voluntariado: aspectos pessoais, profissionais, sociais e ideológicos. 2) Avanços e desafios na implementação do MROSC em entes subnacionais: os casos de Bahia e Belo Horizonte. 3) Retorno do investimento social privado: desafios, oportunidades e limitações de mensuração pela ótica do investidor. 4) Os entraves às doações no Brasil: reflexões sobre a legislação do ITCMD. 5) Construção de capacidade para inovação social em organizações da sociedade civil: um framework conceitual.

## **Grantmaking / GrantLab**

Lançada em 2020, a [Plataforma GrantLab](#) tem como objetivo promover a prática de *grantmaking* no país através do compartilhamento de conteúdos. No site, é possível encontrar informações sobre a temática, como artigos, guias, cases, infográficos, podcasts e vídeos. Há também a curadoria de conteúdos de referência publicados no Brasil e no mundo e conteúdos produzidos pelo próprio GIFE com a colaboração de associados e parceiros.

### **Grupo de Conhecimento no ISP**

O Grupo de Conhecimento reúne organizações que são referência na produção de dados e pesquisas sobre o campo do ISP e da sociedade civil organizada no Brasil. Produtoras e promotoras de conhecimento, essas organizações têm o propósito de refletir sobre o campo do investimento social privado e da filantropia, articulando atores, fomentando e produzindo conhecimento coletivamente para o setor. Em 2021 aconteceram 5 encontros que debateram temas como a Pesquisa Doação Brasil 2020, realizada pelo IDIS, a série da ABCR (Associação Brasileira dos Captadores de Recursos) sobre reforma tributária e incentivos fiscais e os resultados do Censo GIFE 2020.

### **Notas Técnicas**

A série Notas Técnicas publica obras curtas e objetivas para estimular o debate de conceitos, oferecer orientações técnicas e detalhamentos sobre modos de fazer, buscando responder questões relevantes e práticas sobre o campo da filantropia e do investimento social. Em 2021, a série publicou quatro novas edições: a) Mensuração de resultados e impactos ESG (Environmental, Social and Governance). b) Gestão estratégica para equidade racial. c) Elementos da comunicação de causas. d) Investimento social privado e gestão pública: aprendizados sobre mudanças sociais.

### **Painel Gife de Governança**

O Painel GIFE de Governança é um instrumento que permite a associações e fundações avaliar por si mesmas o grau de desenvolvimento de sua governança tendo como referência as linhas gerais estabelecidas pelo Guia das melhores práticas de governança para institutos e fundações empresariais. A autoavaliação é realizada por meio do preenchimento de um questionário online e a pontuação obtida pode apontar os caminhos para o aperfeiçoamento da governança das organizações. A ferramenta é de acesso público.

### **Painel Gife de Transparência**

O Painel GIFE de Transparência é uma plataforma online que organiza e disponibiliza informações institucionais relevantes sobre fundações e institutos associados ao GIFE a partir de um grupo de indicadores. Com adesão voluntária, a plataforma oferece ainda referências e conteúdos sobre o tema para promover o debate nesse campo.

### **Especial Rede Gife**

Lançado em julho de 2020, o Especial redeGIFE nasceu com a perspectiva de ampliar a produção multimídia do redeGIFE. As reportagens mensais abordam temas relevantes para a atuação do investimento social privado (ISP) a partir de múltiplas perspectivas e recursos audiovisuais. Foram 12 Especiais, com 6 infográficos, 7 vídeos, 1 webinar e 2 podcasts que mapearam desafios e projetaram tendências e oportunidades para a atuação de institutos, fundações e empresas.

### **Podcast Gife**

O Podcast GIFE tem como proposta para esta iniciativa de comunicação qualificar o debate de temáticas do Investimento Social Privado (ISP). Em 2021, foi por esse canal que pudemos ampliar, ainda mais, as informações do Especial redeGIFE, Agenda Avaliação, Grantmaking e do 11º Congresso GIFE. Confira as séries lançadas em 2021: Série Fronteiras Coletivas - Quais são os desafios e as prioridades para a filantropia e para o investimento social no Brasil nos próximos anos? No último episódio da série, Neca Setubal, presidente do Conselho da Fundação Tide Setubal, e José Marcelo Zacchi, ex-secretário-geral do GIFE, fazem uma síntese dos assuntos abordados ao longo dos oito meses do 11º Congresso GIFE e avaliam os próximos passos do setor. Série Especial redeGIFE - Com a participação de representantes do setor e especialistas, o terceiro e o quarto episódios da série debatem, respectivamente, os desafios e as oportunidades para uma atuação estratégica do investimento social e da filantropia no tema conectividade e a relação do investimento social privado com a pauta ESG e de investimentos e negócios de impacto. Série Avaliação - Novos episódios publicados em 2021 discutem a avaliação a partir de diferentes perspectivas: para o fortalecimento das OSCs; em iniciativas de geração de trabalho e renda; e em projetos socioambientais.

### **Diálogos ISP**

A série Diálogos ISP debate as diversas formas de atuação da filantropia e do investimento social com a participação de novos players no campo. Em 2021 foram realizados seis encontros que debateram temas como: Proteção Social e Inclusão Produtiva em São Paulo, Contexto e perspectivas do ESG (Environmental, Social and Governance) no Brasil e o diálogo com o campo do investimento social privado, Como empresas de tecnologia responderam aos desafios da pandemia, Cultura de Doação: abordando os seus principais desafios e como promovê-la nos âmbitos corporativo e individual.

## 20 Custos e Despesas com Pessoal

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Salários, 13º Salário, Férias, Indenizações	(1.668.360)	(1.599.185)
INSS	(363.437)	(385.727)
FGTS	(164.335)	(159.680)
PIS Sobre Folha de Pagamento	(16.007)	(15.230)
Benefícios	(186.689)	(213.228)
<b>Total Custos</b>	<b>(2.398.828)</b>	<b>(2.373.050)</b>
Salários, 13º Salário, Férias, Indenizações	(619.301)	(463.073)
INSS	(151.788)	(108.878)
FGTS	(47.643)	(34.411)
PIS Sobre Folha de Pagamento	(5.234)	(4.301)
Benefícios	(141.603)	(130.638)
<b>Total Despesas</b>	<b>(965.569)</b>	<b>(741.301)</b>

A partir de 2021 adotamos a abertura entre despesas e custos com pessoal para maior transparência e auxílio na tomada de decisão junto a Gestão.

## 21 Custo e Despesas Gerais e Administrativas

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Serviços de terceiros	(2.387.927)	(1.727.730)
Infraestrutura	(19.746)	(40.410)
Suprimentos	(639)	-
Reuniões	(44.266)	(7.799)
Viagens	(112)	(6.114)
Comunicação	(1.039.685)	(929.398)
<b>Total Custos</b>	<b>(3.492.375)</b>	<b>(2.711.451)</b>
Serviços de terceiros	(513.457)	(411.243)
Funcionamento	(185.884)	(162.595)
Suprimentos	(29.144)	(39.423)
Reuniões	(27.464)	(46.353)
<b>Total Despesas</b>	<b>(755.949)</b>	<b>(659.614)</b>



A partir de 2021 adotamos a abertura entre custos e despesas gerais e administrativas para maior transparência e auxílio na tomada de decisão junto a Gestão.

## 22 Resultado Financeiro

	2021	2020
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendimento do Fundo Patrimonial	114.321	24.005
Rendimento sobre Aplicações Financeiras	283.091	102.830
Outras Receitas Financeiras	15.372	3.337
<b>Total Receitas</b>	<b>412.784</b>	<b>130.172</b>
<b>Custo Financeiro</b>		
Despesas Bancárias	(1.977)	(311)
IOF/IOC	(714)	-
<b>Total Custo</b>	<b>(2.691)</b>	<b>(311)</b>
<b>Despesa Financeira</b>		
Despesas Bancárias	(4.327)	(8.730)
IOF/IOC	(12.256)	(12.554)
IR Sobre Aplicações Financeiras	(28.113)	(9.302)
Outras Despesas Financeiras	(15.065)	(1.055)
<b>Total Despesas</b>	<b>(59.761)</b>	<b>(31.641)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>350.332</b>	<b>98.220</b>

A partir de 2021 adotamos a abertura entre despesas e custos no Resultado Financeiro para maior transparência e auxílio na tomada de decisão junto a Gestão.

## 23 Gratuidades recebidas e trabalhos voluntários ou Pro-Bono

Descrição	2021	2020
Conselheiros	9.665	8.021

Conforme estabelecido no item 19 da ITG 2002 (R1) e na Resolução do CFC nº 1.409/2012, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar.

As gratuidades e trabalhos voluntários ou pro-bono identificados pela Administração como tendo sido prestados no exercício de 2021, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos e estão registrados na demonstração do resultado nas contas de “Receitas de trabalho voluntário” e de “Custos e despesas com trabalho voluntário”.

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima foi determinado a partir do valor que o GIFE estaria disposto a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

Nesse sentido a Administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que, em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração e/ou com base em informações de mercado, especialmente no caso da prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, no qual as informações sobre o custo dos serviços são amplamente divulgadas ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e a complexidade das operações da Entidade.

## 24 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

### Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

#### a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um associado ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade e representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.850.534	4.053.971
Recursos vinculados a projetos	5	1.964.336	748.982
Fundo Patrimonial (CDB DI)	6	2.761.998	2.475.130
Outros créditos	7	949.014	1.484.398
		<u>9.525.882</u>	<u>8.762.481</u>

### *Caixa e equivalentes de Caixa e ativos financeiros para negociação*

A política de gestão de risco corporativo determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

### *Contas a receber*

O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pelas contraprestações provenientes de emissão do recebimento das contribuições associativas. Não há concentração de risco de crédito no nosso modelo das atividades da Entidade.

### **Fundo Patrimonial (CDB-DI)**

Neste caso, o risco de crédito ocorre quando a Instituição Financeira que faz a emissão do papel, não possui capacidade de honrar com o compromisso com os investidores.

### **Outros créditos**

De modo geral, o risco de crédito de outras contas a receber é o risco devido à incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. Do ponto de vista do risco de crédito, a Entidade avalia cada contraparte e gerência individualmente este risco.

#### **b. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

#### **c. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

#### **d. Política de gestão de riscos**

A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Administração, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

### *Instrumentos financeiros “Não derivativos”*

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

#### **e. Hierarquia de valor justo**

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1**– A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;

- **Nível 2** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível 3** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.  
O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras e fundo patrimonial).

## **25 Avais, fianças e garantias**

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2021 e 2020.

\* \* \*